

## **A – BALANÇO PATRIMONIAL**

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**
**Balanco Patrimonial**

Em 31 de Dezembro de 2018

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.297	265.990	Fornecedores	14	1.281	2.960
Valores de Terceiros	9	858	1.787	Folha de pagamento e provisão de férias		4.743	4.679
Clientes Líquido de PCLD	10	10.470	5.723	Impostos e contribuições a recolher	15	4.562	4.478
Almoxarifado		146	87	Recursos de Convênios a Comprovar	16	703	723
Impostos e contribuições a recuperar/compensar	11	11.794	12.012	Juros sobre capital próprio		23.626	23.989
Outras contas a receber		3.404	2.891	Provisão participação nos resultados		5.635	6.406
				Provisão para contingências	17	2.010	3.447
				Receita diferida	18	6.081	6.081
				Outras contas a pagar	19	2.446	3.785
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>34.970</b>	<b>288.490</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>51.085</b>	<b>56.548</b>
Clientes Líquido de PCLD LP	10	590	-	Provisão para contingências		-	-
Imobilizado	12	889.978	590.849	Receita diferida	18	103.884	109.965
Intangível	13	23.296	23.296	Convênios a comprovar	16	336.819	337.989
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>913.864</b>	<b>614.145</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>440.703</b>	<b>447.955</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	20		
				Capital Social		331.714	334.589
				Reservas de lucro		125.331	63.543
				Lucro do período		-	-
				<b>Total do patrimônio Líquido</b>		<b>457.045</b>	<b>398.132</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>948.834</b>	<b>902.635</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>948.834</b>	<b>902.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil

 CEP: 65085-370 – e-mail: [itaqui@emap.ma.gov.br](mailto:itaqui@emap.ma.gov.br) - Site: [www.emap.ma.gov.br](http://www.emap.ma.gov.br)

Tel.: 55(0\*\*98) 3216-6000 – Fax: 55 (0\*\*98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48

## **B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**



**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**
**Demonstração do Resultado**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

*Em milhares de Reais*

	Notas	Acumulado	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita Líquida</b>	<b>5</b>	<b>204.346</b>	<b>182.162</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>6</b>	<b>(54.052)</b>	<b>(52.758)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>150.294</b>	<b>129.404</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>7</b>	<b>(57.050)</b>	<b>(61.438)</b>
Pessoal/Encargos e Benefícios		(39.384)	(38.788)
Despesas Gerais		(17.181)	(20.758)
Despesas com Materiais		(277)	(350)
Provisão para Contingências		(86)	(1.057)
Outras Despesas não Recorrentes		(122)	(485)
<b>Depreciação e Amortização</b>		<b>(3.572)</b>	<b>(3.393)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(11.773)</b>	<b>259</b>
Receitas Financeiras		12.229	25.628
Despesas Financeiras		(24.003)	(25.369)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>77.898</b>	<b>64.832</b>
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	<b>8</b>	<b>(16.111)</b>	<b>(13.231)</b>
(-) Provisão para Contribuição Social		(7.163)	(6.060)
(-) Provisão para IRPJ		(19.396)	(16.406)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		10.448	9.236
<b>Lucro do período</b>		<b>61.788</b>	<b>51.601</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **C – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

**(Revogada pelo – Decreto nº. 32.592,  
de 17 de janeiro de 2017).**

## **D – DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**

**Observação: Demonstração apresentada dentro da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conforme previsão na Lei 6.404/76 – Capítulo XV – Seção IV – Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados – Art. 186 – Parágrafo 2º.**

**E – DEMONSTRAÇÃO DAS  
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO**



**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em 31 de Dezembro de 2018

Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>293.310</b>	<b>11.942</b>	<b>6.635</b>	<b>34.644</b>	<b>-</b>	<b>346.531</b>
Capitalização de reserva de incentivo fiscal	6.635	-	(6.635)	-	-	-
Capitalização de reserva de lucros a realizar	34.644	-	-	(34.644)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	51.601	51.601
Constituição de reserva legal	-	2.580	-	-	(2.580)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	9.236	-	(9.236)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	39.785	(39.785)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>334.589</b>	<b>14.522</b>	<b>9.236</b>	<b>39.785</b>	<b>-</b>	<b>398.132</b>
Capitalização em Imóveis/Terrenos	277.125	-	-	-	-	277.125
Lucro do exercício	-	-	-	-	61.788	61.788
Constituição de reserva legal	-	3.089	-	-	(3.089)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	10.448	-	(10.448)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	48.250	(48.250)	-
Redução do Capital Social	(280.000)	-	-	-	-	(280.000)
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>331.714</b>	<b>17.611</b>	<b>19.684</b>	<b>88.035</b>	<b>-</b>	<b>457.045</b>



## **F – NOTAS EXPLICATIVAS**

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. Informações sobre a Empresa

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP foi constituída conforme Lei nº 7225 em 31 de agosto de 1998 como Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira e exerce administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cujupe, exercendo ainda a figura de autoridade portuária no Complexo Portuário do Itaqui, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que revogou a Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão com prazo de 25 anos e seu estatuto social. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação, conforme pareceres emitidos pelos Conselhos Fiscal e de Administração da EMAP.

### 2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.



As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A Empresa é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

### **2.1. Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações relevantes em moeda estrangeira.

### **2.2. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### **Prestação de Serviços**

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

#### **Receita de aluguel**

Receita de aluguel, é resultante de arrendamentos de bens próprios, é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos registrados em contrato. O valor é composto de uma parcela fixa (outorga fixa) e de uma parcela variável (outorga variável), quando aplicável a clientes com movimentação de cargas na área arrendada.

### **2.3. Imposto de renda e contribuição social – correntes**



Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### **Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **2.4. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

### **2.5. Imobilizado**

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;
- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;



Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o gasto de reposição de parte do imobilizado, assim como juros e outros custos incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas são anuais, calculadas pró-rata mensalmente, como segue:

<u>Espécie</u>	<u>Taxa Anual</u>
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## 2.6. Arrendamentos de Bens

A caracterização de um contrato como arrendamento de bens está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.



Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

## **2.7. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

## **2.8. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

## **2.9. Provisões**

### **Geral**



Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para todas as contingências referentes aos processos para os quais é considerado a expectativa de perda provável, e que possa ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.



No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### Estimativas e Premissas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

## 4. Análise Econômica – Financeira

### Índices de Liquidez

	31/12/2018	31/12/2017
Liquidez Imediata = Disponível / PC	0,16	4,70
Liquidez Corrente = AC / PC	0,68	5,10
Liquidez Geral = (AC + ANC) / (PC + PNC)	1,93	1,79
Endividamento Geral = C. Terc. / Pas. Total	0,52	0,56
Composição da Dívida = PC / C. Terc.	0,10	0,11
Grau de Imobilização = "AP" / PL	2,00	1,54
Grau de Imob. Rec. N. Cor. = AP / (PL + PNC)	1,02	0,73

### Indicadores de rentabilidade

	31/12/2018	31/12/2017
EBITDA	93.243	67.966
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. líquida)	46%	37%
EBITDA sobre o Patrimônio Líquido	20%	17%
Margem bruta (Lucro bruto/Rec. líquida)	74%	71%
Margem líquida (Lucro líquido /Rec. líquida)	30%	28%
ROI = LL / Ativo (a)	6,51%	5,72%
ROE = LL / PL (b)	13,52%	12,96%
(a) Return on investment		
(b) Return on equity		



## 5. Receita Líquida

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita bruta</b>	<b>233.216</b>	<b>207.360</b>
Tarifas/Serviços	172.654	163.511
Arrendamento	52.524	37.743
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Outras Receitas	1.957	25
<b>Deduções da receita</b>	<b>(28.870)</b>	<b>(25.199)</b>
Impostos s/ Faturamento	(28.870)	(25.199)
<b>Receita Líquida</b>	<b>204.346</b>	<b>182.162</b>

Em comparação com o ano anterior, tivemos um crescimento, na Receita Bruta e Receita Líquida de 12% devido ao incremento na movimentação de cargas.

Até junho/18, na comparação com o ano anterior, a receita apresentava volumes menores, principalmente nos meses de fevereiro e março quando houve resultado negativo; o que mais contribuiu a favor do exercício anterior foi o recebimento em 03/2017 de R\$ 7.176 mil relativo à multa de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de contrato de arrendamento, fato que não se repetiu no mesmo período de 2018.

A partir de abril do ano corrente, a movimentação de cargas mostrou mudança apresentando melhores resultados, motivados, principalmente pelo início da movimentação da safra de grãos, fato que contribui para o crescimento de valores recebidos relativos à outorga variável das áreas arrendadas, fato que possibilitou resultados superiores ao exercício anterior a partir de julho/2018.

O Porto do Itaqui bateu um novo recorde, superou a marca anterior atingida em 2015. Em 2018 a grande movimentação de soja, fertilizante, milho, trigo, farelo de soja e arroz, contribuiu para um novo recorde, superando a marca de 21.843.305 milhões de toneladas. Outro fator importante para alcançar esse feito, foi a entrada em operação do Berço 108.

## 6. Custos Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Custos com Pessoal	20.859	19.815
Custos com Infraestrutura Portuária	5.368	5.582
Custos Gerais	23.137	22.830
Custos com Materiais	908	917
Custos com Serviços Essenciais	2.931	2.863
Outros Custos	849	751
<b>Total</b>	<b>54.052</b>	<b>52.758</b>



## 7. Despesas Administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal/encargos e benefícios	39.384	38.788
Despesas gerais	16.588	20.127
Materiais	277	350
Serviços essenciais	593	631
Provisão para contingências	86	1.057
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-	-
Outras despesas não recorrentes	122	485
<b>Total</b>	<b>57.050</b>	<b>61.438</b>

## 8. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está resumida a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes:</b>		
Despesas de contribuição social corrente	7.163	6.060
Despesa de imposto de renda Corrente	19.396	16.406
Receita Subvenção - incentivo fiscal SUDENE <sup>1</sup>	(10.448)	(9.236)
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado</b>	<b>16.111</b>	<b>13.231</b>

(1) Receita de Subvenção apresentada decorre do benefício Fiscal concedido pela SUDENE (Laudo Constitutivo n.º 0210/2014).

As despesas com tributos sobre o lucro, sobre a renda e Receita de Subvenção, no acumulado, apresentam um crescimento de 22% em comparação com período 12/2017, esta variação deve-se à relação Receita (crescimento de 12%) X Custo e Despesa (redução média de 5%), fato que proporcionou uma elevação de 19,74% no Resultado Contábil. O resultado no incentivo fiscal SUDENE pela variação na relação de receitas incentivadas e não incentivadas também contribui para a variação total apresentada no quadro acima

A conciliação entre a despesa tributária é o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está descrita a seguir:



	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)</b>	77.899	77.899	64.832	64.832
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	19.475	7.011	16.208	5.835
<b>Adições:</b>				
Comemorações	-	-	-	-
Contribuições Sócio-Culturais e Patrocínios	-	-	-	-
Multas por infrações	1.510	1.510	1.449	1.449
Provisões p/ Contingências	86	86	1.057	1.057
Outras despesas não dedutíveis	94	94	-	-
	1.690	1.690	2.506	2.506
<b>Exclusões:</b>				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Base do imposto adicional	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL</b>	19.873	7.163	16.810	6.060
Incentivo PAT	(478)	-	(404)	-
Contribuições Sócio-Culturais Lei Rouanet	-	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	19.395	7.163	16.406	6.060
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)</b>				
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(10.448)	-	(9.236)	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	8.947	7.163	7.170	6.060
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido</b>	11%	9%	11%	9%

## 9. Aplicação financeira de valores de terceiros

Quanto às aplicações de valores de terceiros referem-se a:

I) R\$ 858 mil de fornecedores em garantia contratual (caução) a ser devolvido ao término dos contratos, nos termos da Lei 8666/1993 Art. 56 § 4º. Estes valores são atualizados mensalmente pelo índice da poupança, de modo a retratar fielmente o total da obrigação para com os prestadores de serviço que efetuaram depósito de caução.



## 10. Clientes

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	10.470	11.438	5.723	11.296
PCLD (*)	-	(10.848)	-	(11.296)
<b>Total</b>	<b>10.470</b>	<b>590</b>	<b>5.723</b>	<b>-</b>

(\*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Clientes aberto por vencimento (vencidos e a vencer)

<u>Valores a Vencer</u>	31/12/2018	31/12/2017	
Vencer em até 30dd	8.969.652,41	5.639.637,51	
A Vencer entre 30 e 60 dd	60.722,22	1.500,00	
A Vencer entre 60 e 90 dd	60.722,22	1.500,00	
A Vencer entre 90 e 180 dd	182.166,66	4.500,00	
A Vencer entre 180 e 360 dd	260.333,32	-	
A Vencer mais de 360 dd	590.277,82	-	
<b>Total (1)</b>	<b>10.123.874,65</b>	<b>5.647.137,51</b>	(i)
<u>Valores Vencidos</u>	31/12/2018	31/12/2017	
Atraso até 30 dias	648.255,01	64.263,97	
Atraso de 31 à 60 dias	248.802,20	3.454,53	
Atraso de 61 à 90 dias	36.079,50	3.454,53	
Atraso de 91 à 180 dias	2.974,00	2.268,94	
Atraso a mais de 180 dias	10.848.104,19	11.297.838,59	
<b>Total (2)</b>	<b>11.784.214,90</b>	<b>11.371.280,56</b>	(ii)
	(iii)		
<b>Total (1+2)</b>	<b>21.908.089,55</b>	<b>17.018.418,07</b>	

(i) Do montante, R\$ 578,00 encontra-se em Ação Monitória.

(ii) Do montante, R\$ 11.295.326,59 encontra-se em Ação Monitória.

(iii) Do montante, R\$ 10.842.056,09 estão em Ação Monitória.

## 11. Impostos e contribuições a recuperar/compensar

	31/12/2018	31/12/2017
INSS	8	-
ISS	12	12
PIS	-	-



COFINS	-	-
IRPJ	10.158	10.384
CSLL	1.606	1.606
Outros impostos	11	11
<b>Total</b>	<b>11.794</b>	<b>12.012</b>

## 12. Imobilizado

O conjunto de bens registrado no Ativo Imobilizado, em conformidade com o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, são Bens da União, cedidos sem contraprestação, e são classificados como bens reversíveis, por terem sido adquiridos no período de vigência do Ato de Delegação (Convenio de Delegação n.º 016/2000).

Os grupos de contas do ativo imobilizado são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada.

	31/12/2018	31/12/2017
Bens Imóveis	292.065	16.152
Bens Móveis	12.310	12.117
Bens Móveis Convênio	253	253
Bens em Montagem	7.290	6.607
Obras em Andamento (a)	578.059	555.721
<b>Total Imobilizado</b>	<b>889.978</b>	<b>590.849</b>

- (a) A Empresa mantém investimentos em obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Em dezembro/2017, este investimento representa aproximadamente 14% do seu imobilizado. Os investimentos relativos a construção do berço 100 e recuperação dos berços 101 e 102 estão aguardando encerramento formal dos convênios com a aprovação da prestação de contas conforme os respectivos prazos de vigência, veja nota 17.

Em 2018, a movimentação mais relevante neste grupo, foi a incorporação de dois terrenos no valor de R\$ 277.125 mil, motivado pela integralização de Capital Social conforme Processo Administrativo EMAP n.º 02110/2018. Essa adição está relacionada com ações do plano estratégico da Empresa.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:



	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Benfeitorias em Imóveis	16.152	-	(1.211)	-	14.941
Terrenos	-	277.125	-	-	277.125
Móveis e Utensílios	1.260	388	(238)	-	1.410
Equipamentos de Informática	914	13	(275)	-	653
Máquinas e Equipamentos	8.288	2.153	(1.343)	-	9.098
Veículos	329	-	(92)	-	237
Aparel. Máq. E Equipamentos	-	-	-	-	-
DNIT - Contrapartida	-	-	-	-	-
Defensas Marítimas e Cabeços	1.325	-	(413)	-	912
Bens Móveis - Convênio	253	-	-	-	253
<b>Subtotal</b>	<b>28.521</b>	<b>279.679</b>	<b>(3.572)</b>	<b>-</b>	<b>304.628</b>
<b>Obras em andamento</b>					
Recursos próprios	217.254	23.508	-	-	240.762
Recursos de Terceiros	338.467	-	-	(1.170)	337.297
Bens em Montagem	6.607	683	-	-	7.290
<b>Subtotal</b>	<b>562.328</b>	<b>24.191</b>	<b>-</b>	<b>(1.170)</b>	<b>585.349</b>
<b>Total</b>	<b>590.849</b>	<b>303.870</b>	<b>(3.572)</b>	<b>(1.170)</b>	<b>889.978</b>

Após revisão das informações cadastrais dos itens do Ativo Imobilizados, assim como conciliação entre os saldos das contas contábeis do balancete com o relatório extra contábil, os quadros abaixo apresentam o resultado do levantamento físico do Ativo Imobilizado, informando o valor que irá impactar no resultado após as ações de saneamento (baixa) sejam concluídas.

Obs.: As baixas relativas aos bens oriundos da CODOMAR não terão impacto no Resultado da EMAP, pois estão contabilizados em Conta Contábil de Compensação e estão totalmente depreciados.

**Resultado do Inventário do Ativo Imobilizado**  
**Obras em Andamento (classificação contábil)**

<b>Grupos de Ativo</b>	<b>Obras em Andamento</b>	<b>Continua em Andamento</b>	<b>Imobilizar</b>	<b>Impacto no Resultado (Baixa)</b>
Obras em andamento	521.805			
Obras que continuam em andamento		(60.531)		
Transferir para imobilizado			(456.406)	
Transferir para despesa				(4.869)
<b>Total</b>	<b>521.805</b>	<b>(60.531)</b>	<b>(456.406)</b>	<b>(4.869)</b>



**Revisão do Inventário do Ativo Imobilizado - Sobra Contábil**  
**BENS EMAP**

GRUPOS DO ATIVO	SOBRA CONTÁBIL MFC	REVISÃO COMAP / CCONT					
		Bens Encontrados / Identificados - Cód. Novo	Bens - Sucata	Bens - Inservíveis	Bens - Inativo Com Ocorrência - Leilão	Bens - Inativo Sem Ocorrência de Baixa	Bens Não Localizados
Equipamentos de informática	449	53	217	3	1	11	164
Equipamentos de segurança	42	1	41	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	464	115	158	5	0	2	184
Móveis e utensílios	1054	160	735	59	1	21	78
Urbanização e benfeitoria	5	0	0	0	0	0	5
Veículos	1	0	1	0	0	0	0
<b>TOTAL EM QUANTIDADE</b>	<b>2015</b>	<b>329</b>	<b>1152</b>	<b>67</b>	<b>2</b>	<b>34</b>	<b>431</b>
<b>TOTAL EMRS</b>	<b>5.201.091,04</b>	<b>828.151,46</b>	<b>1.411.717,36</b>	<b>31.110,43</b>	<b>695,00</b>	<b>32.592,00</b>	<b>2.896.824,79</b>

**Revisão do Inventário do Ativo Imobilizado - Sobra Contábil**  
**BENS CODOMAR**

GRUPOS DO ATIVO	SOBRA CONTÁBIL MFC	REVISÃO COMAP / CCONT		
		Bens Encontrados	Bens Com Ocorrência - Leilão	Bens Não Localizados
Equipamentos de informática	109	0	0	109
Equipamentos de segurança	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	497	1	50	446
Móveis e utensílios	1121	40	68	1013
Urbanização e benfeitoria	382	0	0	382
Veículos	26	0	9	17
<b>TOTAL EM QUANTIDADE</b>	<b>2.135</b>	<b>41</b>	<b>127</b>	<b>1.967</b>
<b>TOTAL EMRS</b>	<b>39.568.753,56</b>	<b>3.197,85</b>	<b>5.427.434,73</b>	<b>34.138.120,98</b>

**13. Intangível**

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Implantação de Sist. de Gestão e Outros	-	-	-	-	-
Softwares e Direitos	23.296	-	-	-	23.296
<b>Total</b>	<b>23.296</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.296</b>



#### 14. Fornecedores

<b>FORNECEDORES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE</b>
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	323	25%
Nano Automation do Brasil Ltda.	237	18%
Seal Telecom Comércio e Serv. de Telec.	207	16%
Maria Lúcia M Costa - ME	94	7%
Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda.	93	7%
DTA Engenharia Ltda.	62	5%
Constrular Comércio E Serviço Ltda.	51	4%
Associação dos Livreiros do Esta do do MA	50	4%
ACII - Assoc. Com. e Ind. de Imperatriz	25	2%
Ecoresponse Eireli EPP	24	2%
Topázio Construções Ltda. - EPP	22	2%
TOTVS - Maranhão	20	2%
Outros fornecedores	74	6%
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>100%</b>

#### 15. Impostos e contribuições a recolher

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
ISS	784	854
INSS	1.153	1.402
FGTS	311	309
PIS	190	162
COFINS	878	763
IRPJ / CSLL	137	332
IRRF	907	509
Outros	201	147
<b>Total</b>	<b>4.562</b>	<b>4.478</b>



## 16. Convênios a comprovar

Convênios		Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repasse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	À utilizar
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	17.567	250.549	7.237	-
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89	-
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	47.950	2.643	40.992	9.601	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/04/2014	e.	-	31.235	31.235	31.235	75	30.275	1.035	0
Total		27.304	391.489	418.793	369.019	28.023	338.594	58.448	0

(\*) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. **Convênio N.º DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014.

Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em abril de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 7.238 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006.

Obras contempladas: Posto Vigiagro; Prédio Centro de Negócios. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.

Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.



- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.
- e. **Termo de Compromisso SEP/04/2014** – Tem por objetivo a conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência encerrou em 24/12/2017, conforme 4º Termo Aditivo de Prorrogação. Em dezembro de 2017 foram finalizados os repasses para este Termo, totalizando o valor de R\$ 31.390 mil. Prestações de contas parciais enviadas e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

#### 17. Provisão para contingências

AÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO
JUSTIÇA TRABALHISTA	900	900	-
JUSTIÇA COMUM	1.110	2.450	(1.340)
INFRAÇÕES	-	97	(97)
<b>TOTAL</b>	<b>2.010</b>	<b>3.447</b>	<b>1.437</b>

#### 18. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento operacional para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

A remuneração desses contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, que é paga mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foi paga à vista (antecipada) parte do arrendamento, que foi denominada de: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R\$ 144.015 mil, e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680 mil. O total recebido à vista foi reconhecido como receita diferida – item 50 do CPC 06 - e está



sendo apropriado (no resultado) de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.

Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2018.

	<b>Oportunidade de negócios</b>	<b>Down payment</b>	<b>Total</b>
Circulante	5.773	308	<b>6.081</b>
Não circulante	98.638	5.246	<b>103.884</b>
<b>Total</b>	<b>104.411</b>	<b>5.554</b>	<b>109.965</b>

#### 19. Outras contas/créditos a pagar

Na composição do grupo Outras Contas a Pagar destacamos os seguintes pontos:

a) R\$ 703 mil relativo a rendimentos sobre aplicações de valores repassados pelo DNIT, ainda aguardando apreciação de prestação de contas de convênio que fora encaminhada pela EMAP;

b) R\$ 23.626 mil referente aos Juros sobre Capital Próprio (JCP) a Pagar Gov. Estado. Este valor corresponde à remuneração do capital do acionista, e decorre de uma ação de planejamento tributário onde reconhece uma despesa dedutível do IR que reduz o lucro contábil conforme previsto no art. 9º da nº Lei 9.249/95 com alterações feitas pelos art. 51, 78 e 88 da Lei n.º 9.430/96 e art. 9º da Lei n.º 12.973/14.

#### 20. Patrimônio Líquido

O Capital Social da EMAP em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 336.714.177,03 (31 de dezembro de 2017: R\$ 334.589.402,61) dividido em 336.714.177 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00, com a seguinte composição: R\$ 331.714.177,03 capital realizado e R\$ 5.000.000,00 capital a integralizar. Conforme Decreto nº. 34.628, de 21 de dezembro de 2018, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.



**a. Reserva de Lucro – Reserva Legal**

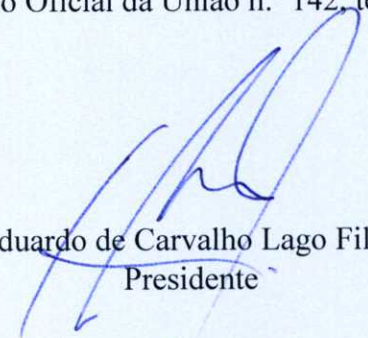
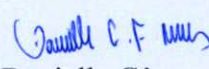
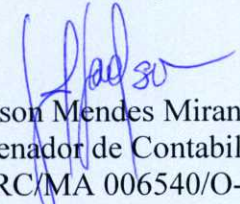
Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 17.611 mil em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 14.522 mil).

**b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal**

Em 17 de dezembro de 2014, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo n.º 0210/2014 que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de modernização da infraestrutura com, fruição para o período de 2014 à 2023.

A Receita Federal homologou o pleito da EMAP em 04 de julho de 2016 considerando a decisão contida no Processo n.º 10320.720342/2015-75 reconhecendo o início do prazo de fruição de 01/01/2014 com prazo total de fruição de 10 (dez) anos, conforme ATO DECLARATÓRIO N.º 16 DE 04 DE JULHO DE 2016 publicado no Diário Oficial da União n.º 142, terça-feira de 26/07/2016.

\* \* \* \* \*

  
Eduardo de Carvalho Lago Filho  
Presidente  
Ricardo José de Moura Teixeira  
Gerente de Finanças  
Danielle Câmara Fernandes Nunes  
Diretora de Administração e Finanças  
Jadson Mendes Miranda  
Coordenador de Contabilidade  
CRC/MA 006540/O-1